



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 21 de março de 2013

JORNAL DO COMMERCIO Trabalho.....	1
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Renúncia fiscal	2
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO Audiência Pública	3
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO Conflito federativo	4
POLITICA	
A CRITICA sim & não	5
OPINIÃO	
A CRITICA sim & não (continuação).....	6
OPINIÃO	
A CRITICA CAGED	7
ECONOMIA	
A CRITICA Júlio Ventilari	8
BEM VIVER	
DIÁRIO DO AMAZONAS Trabalhadores obtêm ganhos reais em 90% dos acordos.....	9
ECONOMIA	
MASKATE Reforma fiscal: chegou a hora da onça beber água	10
POLITICA	
MASKATE Reforma fiscal: chegou a hora da onça beber água (continuação).....	11
POLITICA	
MASKATE Reforma fiscal: chegou a hora da onça beber água (continuação).....	12
POLITICA	
MASKATE Reforma fiscal: chegou a hora da onça beber água (continuação).....	13
POLITICA	

Trabalho

Nível de emprego permanece estagnado

Demissões na indústria foram as principais responsáveis pela manutenção do saldo baixo em fevereiro



Foto: Walter Mendes

No acumulado dos dois primeiros meses do ano houve acréscimo de 469 postos de trabalho celetistas, uma alta de 0,10% no Amazonas

Por Lucas Câmara

Pelo segundo mês consecutivo, e contrariando a tendência nacional de crescimento, a geração de empregos no Amazonas não apresentou variação significativa. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em fevereiro de 2013 houve uma retração de 0,01% no nível de emprego com carteira assinada no Estado. O número reflete a redução em 28 postos celetistas em relação ao mês de janeiro.

Após um janeiro com números negativos, os setores da Construção Civil e do Comércio contribuíram com o saldo positivo em fevereiro com a abertura de 412 e 112 novos postos, respectivamente. Além disso, também houve incremento no setor de Serviços (+475 postos). Estes números positivos conseguiram neutralizar a diminuição de vagas nos setores de Serviços Industriais de Utilidade Pública - SIUP (-721 postos) e na Indústria de Transformação (-295 postos).

O Superintendente Regio-

nal do Trabalho e Emprego no Amazonas, Dermilson Chagas, explica que estas demissões já eram esperadas. Segundo ele, ainda este mês as contratações devem retomar o crescimento, mas lembra que os reflexos disso só serão percebidos no mês de maio.

"Estes números ainda são reflexos dos trabalhadores terceirizados e temporários que foram demitidos no início do ano. Temos que entender que houve contratações nos serviços, comércio e contratação. Mas esperamos para o próximo

mês de maio um resultado mais positivo", declarou.

No acumulado dos dois primeiros meses do corrente ano houve acréscimo de 469 postos (+0,10%). Ainda na série com ajustes, nos últimos 12 meses verificou-se crescimento de 2,20% no nível de emprego ou +9.727 postos de trabalho no Amazonas.

Brasil

O mercado de trabalho brasileiro gerou em fevereiro 123.446 postos formais de trabalho, um aumento de 0,31% em relação

ao estoque do mês anterior. Esse crescimento é resultado da geração de 1.777.411 admissões contra 1.650.965 desligamentos ocorridos no mês. Segundo avaliação técnica, esse resultado, comparativamente aos obtidos nos últimos meses, apresenta-se mais próximo da média.

Segundo o ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, essa expansão pode indicar uma reação do mercado de trabalho, acenando para um cenário positivo no ano. "Mas ainda é cedo para fazermos especulações", disse.

No acumulado do ano o emprego cresceu 0,43%, um acréscimo de 170.612 novos postos de trabalho, sendo que nos últimos 12 meses esse patamar alcançou 1.116.340 novas vagas, uma expansão de 2,89% no número de empregos celetista no país.

A maior geração foi verificada no setor de serviços com 82.061 (+0,51%), acompanhada da indústria, com 33.466 (+41%) e construção civil que gerou 15.636 ((+0,50). Em termos geográficos a expansão foi verificada em praticamente todas

as regiões, com destaque para o Sudeste com criação de 66.177 empregos (+0,76) e Sul mais 48.116 novas vagas (0,67%). A única exceção foi a região Nordeste, com queda de 15.881 postos de trabalho (-0,25) por conta da sazonalidade do setor sucroalcooleiro no período. Nas nove áreas metropolitanas o crescimento registrado foi de 0,29%, um acréscimo de 46.869 vagas formais.

O crescimento do emprego foi verificado em 16 Estados brasileiros, com destaque para o Estado de São Paulo, gerador de 47.769 postos de trabalho (+38%), Rio Grande do Sul, com 17.087 (+0,65) e Paraná com 15.857 vagas (+0,65%). Na região Norte, a expansão mais significativa foi verificada no Estado de Roraima, que teve o melhor desempenho do período, gerando 368 postos, um crescimento percentual de +0,78%. Influenciados pela sazonalidade do setor sucroalcooleiro, 8 Estados do Nordeste apresentaram queda de emprego. Houve queda também em Tocantins e Acre e no Sudeste, apenas o Espírito Santo perdeu postos de trabalho.



Renúncia fiscal

ZFM dá R\$ 18 bi ao governo federal

A região Sudeste é a mais beneficiada, afirma vereador socialista, que polemiza a prorrogação do modelo

O vereador Marcelo Serafim (PSB) disse ontem (20), no pequeno expediente da CMM (Câmara Municipal de Manaus), que a Zona Franca de Manaus devolve 18 bilhões reais aos cofres do governo federal a título de renúncia fiscal. Segundo o parlamentar, os discursos de alguns políticos dão a entender que o Estado do Amazonas está mal informado para defender os seus próprios interesses. "A Suframa e a SEFAZ precisam fornecer dados suficientes para fazermos as análises de forma coerente", afirmou o parlamentar.

"Dos 24 bilhões de renúncia fiscal da Zona Franca de Manaus, voltam para os cofres do governo federal 18 bilhões, de outros impostos como PIS e COFINS. Logo, a renúncia é de apenas 6 bilhões e com van-

tagem para os consumidores que são os paulistas e sulistas", argumentou Marcelo.

De acordo com o vereador, o Amazonas é polo produtor, mas não polo consumidor, pois este, sim, está no Sudeste do país, que é o mais beneficiado

"Não adianta prorrogar se não temos escoamento e internet para mantermos as empresas na Zona Franca de Manaus"

com os nossos produtos e a renúncia fiscal. "Este fato não é incluído nos discursos e debates, é necessário que a nossa bancada federal faça coro de que a renúncia beneficia o Brasil", destacou.

Da tribuna da CMM, Marcelo Serafim falou que é pre-

ciso rever a prorrogação da ZFM por mais 50 anos "Não adianta prorrogar se não tiver um escoamento e internet de qualidade para mantermos as empresas na Zona Franca de Manaus", criticou. O vereador também alfinetou sobre a

"boa receptividade" que o deputado federal Marco Maia (PT/RS) teve quando veio a Manaus. "Este parlamentar foi bem recebido pelas lideranças políticas de nossa cidade, e logo ele que ficou sentado por dois anos sobre a PEC da ZFM, ele chegou a cidade e foi tratado como amigo do Pólo Industrial de Manaus. Isso é brincar com a cara do amazonense ou mostra o total desconhecimento do que acontece em Brasília", desabafou.



Fotos: Divulgação

Vereador Marcelo Serafim: "Isso é brincar com a cara dos amazonenses"

Audiência Pública

Suframa é convocada para debate no Legislativo Estadual

Fazendo eco à luta do governador do Amazonas, Omar Aziz (PSD), em Brasília, em defesa da Zona Franca de Manaus, o líder do governo na Aleam (Assembleia Legislativa do Amazonas), deputado estadual Sinésio Campos (PT) anunciou ontem (20) que vai requerer uma Audiência Pública na Casa para ouvir a Suframa a respeito dos projetos desenvolvidos ao longo dos seus 46 anos de existência e o que pode ser feito para o Estado possuir uma indústria de transformação.

Sinésio lembrou que a trajetória da Zona Franca começou tendo o comércio da capital como a grande mola propulsora de sua implantação. Porém, com o desenvolvimento do PIM (Polo Industrial de Manaus) e a

abertura do país às importações no governo Collor, o modelo se concentrou na produção industrial de alta tecnologia. Mas o Amazonas ainda vive na dependência de uma legislação de incentivos fiscais que pode ser mudada a qualquer momento pelo governo federal.

“A Suframa tem de vir pra cá para discutir essa questão”, disse Sinésio, referindo-se à falta de alternativas para o modelo industrial de alta tecnologia que, segundo ele, é um dos motivos pelos quais a ZFM fica sempre refém dos incentivos fiscais. “Por isso eu defendo o Polo Naval, porque é algo que vai ordenar o setor e promover o desenvolvimento de uma atividade que é nossa. Nós nascemos às margens da maior bacia hi-



Sinésio: “A Suframa tem de vir a Aleam discutir a questão”

drográfica do mundo, as nossas estradas são os nossos rios, e o meio de transporte é o fluvial”, argumentou. O deputado diz que o ordenamento da atividade da construção naval do Amazonas, que hoje é a segunda maior do país, vai criar em Manaus o Distrito Industrial 3. Mas, conforme o líder governista, a expansão industrial não deve focar somente nisso. “Precisamos ter indústrias que possam utilizar a nossa biodiversidade e a nossa geodiversidade, que possuem imensos potenciais para a geração de novas indústrias”, frisou.

O debate hoje, de acordo com o deputado Sinésio Campos, “é para definir para onde pretendemos levar a indústria do nosso Estado, que rumos

queremos para o nosso modelo industrial”. Ele entende que é o momento de pensar em ampliar o Polo Industrial de Manaus, para que se possa ter o Polo Naval, a indústria petroquímica e a cloroquímica e o Centro de Biotecnologia do Amazonas em plena atividade.

“Não quero que entendam que eu sou favorável a acabar com a Zona Franca, mas acho que devemos fazer o nosso dever de casa, construindo novas alternativas econômicas para que o nosso modelo não fique tão dependente de Brasília”, disse o deputado. Sinésio também criticou a atitude de muitos empresários que não se engajam na luta, mas sabem cobrar do governador e da classe política.

Conflito federativo

PMDB destaca união de esforços pelo Amazonas

Diante de mais um conflito de interesses federativos em detrimento do PIM (Polo Industrial de Manaus), o deputado estadual Marcos Rotta (PMDB) ressaltou ontem (20) a união de esforços do governador Omar Aziz (PSD) e dos senadores Eduardo Braga (PMDB) e Vanessa Grazziotin (PCdoB), na defesa da manutenção de uma alíquota do Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) diferenciada para o Amazonas.

“Mais uma vez o governador Omar Aziz uniu forças com os senadores Eduardo Braga e Vanessa Grazziotin e a bancada amazonense, em Brasília, para mostrar ao Brasil a necessidade de enxergar o Amazonas com outros olhos. Mostrar, principalmente, que não são mais permitidas declarações infelizes em relação ao nosso modelo de desenvolvimento econômico, a Zona Franca de Manaus”, afirmou Rotta ao fazer referência às críticas feitas pelo secretário estadual de Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi, sobre a manutenção do ICMS diferenciado ao Amazonas em função da ZFM.

“Ao homem que chegou ao posto de secretário do maior Estado e detentor de 40% do PIB do Brasil não é dada a

permissão de destratar um modelo economicamente viável para o Amazonas e para o próprio país. Ele precisa ter um pouco mais de conhecimento de causa para poder se manifestar”, comentou Rotta, acrescentando que o governador Omar Aziz se posicionou de forma contundente ao afirmar que nenhum fundo compensaria as perdas do Estado se não for mantido um ICMS diferenciado.

Segundo dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), explicou Rotta, sem a alíquota diferenciada, o Amazonas terá de amargar uma perda de 77% na arrecadação de ICMS do Estado. “Sem essa excepcionalidade, como o Amazonas vai sobreviver? Hoje nós temos um modelo único de desenvolvimento, que gera cem mil empregos diretos e mais de 500 mil indiretamente, exporta produtos de ponta e ainda mantém nossa floresta em pé. Agora gostaria de saber qual a alternativa econômica que São Paulo tem para desenvolver o Amazonas e o Brasil?”, questionou o parlamentar.

Rotta explicou que a defesa do governo estadual na discussão da reforma do ICMS é para que seja mantido o que a Constituição Federal já assegura.

sim & não

Bancada do AM cochila sobre PL

A bancada do Amazonas vacilou esta semana ao perder a presidência da comissão especial que vai analisar a PEC da prorrogação da ZFM na Câmara dos Deputados. O descuido não é único. Até agora nenhum parlamentar expôs interesse em preencher cargos em outra comissão que cuidará de "matéria-irmã" dessa PEC, o Projeto de Lei (PL) 2.633/11, que prevê a extensão dos benefícios da Zona Franca para os municípios da Região Metropolitana.

Presente Tanto a PEC da prorrogação quanto o projeto de expansão dos benefícios fiscais para outros municípios foram assinados e enviados juntos para o Congresso Nacional no mesmo dia, 24 de outubro de 2011, quando Manaus festejava aniversário.

Voto A bancada do AM só percebeu que cochilou na ocupação dos cargos na PEC da prorrogação, na terça-feira, quando foi surpreendida com o nome do deputado de Roraima Edio Lopes (PMDB), que surgiu do nada. E mais: agora, para preencher outras funções, ainda terá que disputá-las no voto na terça-feira.

Coordenação Deputados se queixam da falta de ação organizada do grupo, mas

ninguém toca no assunto publicamente, porque o coordenador da bancada do AM no Congresso é o senador Eduardo Braga (PMDB), que poderá ser o próximo governador do Estado.

Cautela Depois do confronto com o governador de SP, Geraldo Alckmin (PSDB), o governador Omar Aziz (PSD) evitou esticar a corda com o Pará, que também criticou a vantagem comparativa do AM na reforma do ICMS. Ontem, provocado sobre o assunto, Aziz tirou por menos, reconhecendo que o Pará sente as mesmas dificuldades do Amazonas.

Grifes O prefeito Artur Neto (PSDB) sentiu a descarga do choque de austeridade que iria realizar no município ao tentar

sim & não (continuação)

contratar os grupos Gerdau e Falconi. A consultoria que pretendia usar sairia muito além dos R\$ 2 milhões que previu com o serviço. Resultado: ele desistiu das duas grifes.

Caseiro Embora tenha declinado das duas marcas, Artur não desistiu de enxugar a máquina, mas com solução caseira. O plano de gestão será tocado por técnicos da Semef e executivos do PIM especialistas em salvamento de empresas. A missão deles será economizar até dezembro R\$ 200 milhões.

Coro Artur Neto já não é mais voz isolada contra líderes tucanos por causa da reforma no ICMS. Ontem, na CMM, mal o vereador Waldemir José (PT) abriu a boca para propor uma moção de repúdio contra o

governador Alckmin e logo recebeu apoio da situação. Não só isso, os tucanos foram orientados a assinar o repúdio pelo presidente da Casa, Bosco Saraiva, que é do PSDB.

Cutucada O vereador Marcelo Serafim (PSB), que também assinou o repúdio, disse que a rejeição a Alckmin não era uma questão de situação e oposição, mas um problema de Estado, em defesa da ZFM.

Caseiro Em seu perfil no Instagram, o deputado Marcelo Ramos (PSB) postou imagem de notícia de jornal em que o deputado Artur Bisneto (PSDB) diz que José Melo (PMDB) "é o nome para o Governo". Na legenda, Ramos escreveu: "Eduardo ou Melo é a certeza de que nada mudará".

PINGA FOGO

✘ Educadores saíram ontem de evento promovido pela Undime-AM se perguntando de onde o titular da Semed, Pauderney Avelino, tirou a informação de que 40% das crianças da rede municipal são desnutridas e, também, que a maioria não sabe ler e escrever.

✘ O secretário de Estado da Saúde do AM, Wilson Alecrim, foi reeleito ontem à noite presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Renovou o mandato anunciando que discutirá no colegiado grandes temas do setor no País.

✘ Assim como fez o colega de partido na CMM, o deputado José Ricardo (PT) apresentará hoje, na ALE-AM, moção de repúdio contra o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.

CAGED

Empregos com leve retração

Em fevereiro, o nível de emprego manteve-se praticamente estável no Amazonas, ao apresentar uma redução de 28 empregos celetistas, equivalentes à retração de 0,01% em relação ao estoque de assalariados com carteira assinada do mês anterior.

Os setores de atividade responsáveis por este desempenho foram os serviços (+475 postos), a construção Civil (+412 postos) e o comércio (+112 postos), cujos saldos mais que superaram a queda do emprego registrada nos serviços industriais de utilidade pública (-721 postos) e na indústria de transformação (-295 postos).

Na série ajustada, que incorpora as informações declaradas fora do prazo, nos dois primeiros meses do corrente ano houve acréscimo de 469 postos (0,10%). Ainda na série com ajustes, nos últimos 12 meses verificou-se crescimento de 2,20% no nível de emprego ou mais 9.727 postos de trabalho.

Entre os municípios amazonenses com mais de 30 mil habitantes, Manaus figura como o que apresentou maior saldo: 310. O pior saldo de empregos ficou com Tefé: - 23.

Júlio Ventilari

É isso mesmo!

■ ■ Na sessão de ontem na Câmara Municipal, ao dar tom nos discursos em plenário sobre as ações do governador Omar Aziz em defesa da ZFM, Marcelo Serafim citou que as empresas precisam de vários serviços indispensáveis para manter a concorrência com São Paulo. Como exemplos, o vereador criticou a péssima qualidade da Internet, principalmente em dias nublados, e as quedas de energia elétrica.

Trabalhadores obtêm ganhos reais em 90% dos acordos

Categories conseguem os maiores reajustes no Amazonas desde 2008

TEXTO Beatriz Gomes

MANAUS

Em 2012, aproximadamente 90% das categorias de trabalhadores no Amazonas conquistaram aumentos reais de salários, ou acima da inflação, segundo análise do Sistema de Acompanhamento de Salários do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (SAS-Dieese). Foi o melhor resultado da série histórica desde 2008.

A pesquisa constatou que das 20 negociações verificadas, 5% tiveram ganhos iguais à inflação em relação à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Outros 5% apresentaram perdas, com reajuste abaixo da inflação. Em 2012, o INPC chegou a 6,2%.

As negociações tiveram resultados melhores em 2012 do que no ano anterior, mesmo não tendo sido um ano tão bom com a diminuição no ritmo da produção in-

dustrial e o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) abaixo do esperado, avalia a supervisora técnica do Dieese no Amazonas, Alessandra Cadamuro.

Com a perspectiva de melhora na economia, inflação controlada e baixo desemprego, as negociações devem ser influenciadas positivamente em 2013. “O governo adotou medidas econômicas em 2012, como a desoneração da folha de pagamento e a redução nos juros, que terão impacto nesse ano. Isso deve acelerar e melhorar as condições de negociação para as convenções de uma maneira geral”, disse a supervisora.

A indústria foi o setor que obteve o maior número de negociações com ganhos superiores à inflação (93%). Em 2012, nenhum acordo analisado ficou abaixo do INPC e 7% tiveram ganhos iguais ao índice.

Em serviços, 80% dos acordos tiveram ganhos acima da inflação, porém 20% apresentaram perdas, de 0,01% a 0,5%.

No comércio, os reajustes ficaram entre 0,51% e 1% acima da inflação.

Reforma fiscal: chegou a hora da onça beber água

Este vespertino tem batido e rebatido na boca do jacaré, denunciando que o filé de seu lombo, materializada na dependência química e acomodada dos incentivos fiscais, tem hora pra esgotar e acabar. É preciso planejar e detalhar o Plano B, de beiradão, para evitar o constrangimento de flagramos todos com a brocha na mão na hora em que puxarem as escadas das vantagens fiscais. O governador do Amazonas, Omar Aziz, defendeu, na manhã desta terça-feira, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (CAE), em Brasília (DF), que as vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus (ZFM) sejam mantidas na apreciação do Senado à proposta do Governo Federal de reformar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A unificação da alíquota do imposto poderá gerar perdas de 77% da arrecadação estadual, afirmou Omar Aziz. Quem avisa amigo é, e seguro é aquele cara que vai morrer de velho.

⌚ *Omar denuncia manobra para implodir ZFM*



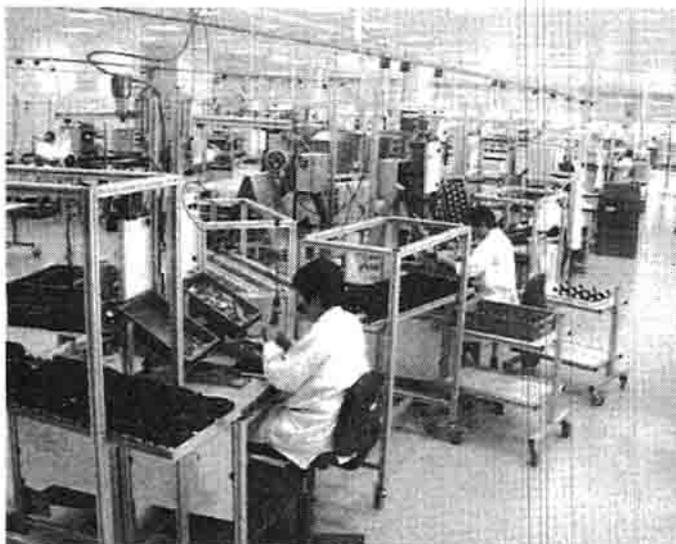
Reforma fiscal: chegou a hora da onça beber água (continuação)



Perdas à vista

—A audiência pública discutiu a MP 599, que cria um fundo de compensação e um fundo de desenvolvimento regional para recompor perdas dos Estados com a redução e unificação da alíquota do ICMS interestadual, conforme prevê o projeto de resolução encaminhado pelo Governo Federal ao Senado, que unifica a alíquota do tributo em 4% no prazo de 12 anos a partir de 2014. A proposta de resolução exclui o Amazonas, que permanecerá com ICMS diferenciado em razão da ZFM. “Nenhum fundo vai compensar a curto, médio e longo prazo as perdas que o Amazonas terá se não for mantido um ICMS diferenciado”, frisou Omar Aziz, que participou da audiência acompanhado do secretário estadual de Fazenda, Afonso Lobo, da secretária de Governo, Rebecca Garcia, e do superintendente da Zona Franca de Manaus, Thomaz Nogueira, além de parlamentares da bancada federal do Amazonas

Empregos ameaçados



Omar Aziz pontuou que, segundo estudos do Ministério da Fazenda e do Conselho Nacional de Política Fazen-

dária (Confaz), sem a alíquota diferenciada, o Amazonas terá de amargar uma perda de 77% na arrecadação de

ICMS. “Esses 77% representam perda da atividade econômica no Amazonas. Quando se fala que diretamente se emprega mais de cem mil pessoas no Polo Industrial de Manaus, se esquece que a Zona Franca de Manaus gera empregos em vários outros setores. Os benefícios não são só para cem mil pessoas mas para quase 4 milhões de pessoas que vivem no Amazonas, um Estado com mais de 1,5 milhão de quilômetros quadrados”, argumentou o governador. Ele destacou ainda que, além de gerar atividade econômica, o modelo ZFM não pressiona o meio ambiente e permite que o Estado mantenha 98% da sua floresta preservada.

Reforma fiscal: chegou a hora da onça beber água (continuação)

Renúncia comparativa

Outro ponto defendido por Omar Aziz trata da renúncia fiscal que, de acordo com levantamento feito pelo Governo do Estado, é bem superior nos Estados mais desenvolvidos, se comparado com a da ZFM. De acordo com o governador, a renúncia fiscal, conforme prevê a Constituição, deveria ter a função de garantir o desen-

volvimento regional das unidades federativas do Brasil. “Só o Sudeste tem uma renúncia fiscal de R\$ 70 bilhões, do total de R\$ 145 bilhões da renúncia fiscal do Brasil. Isso quer dizer que as regiões mais pobres do Brasil têm uma renúncia bem menor que as regiões que sempre foram beneficiadas historicamente”, frisou.

Reforma fiscal: chegou a hora da onça beber água (continuação)

Partilha injusta

O governador destacou, ainda, que embora se questione a renúncia fiscal na ZFM, o Amazonas tem uma arrecadação anual, inclusive de tributos federais, de aproximadamente R\$ 8 bilhões, proveniente da atividade econômica existente no Estado. É um montante que ajuda a formar o bolo que é dividido pela União entre os Estados, cabendo ao Amazonas só a fatia de 28% (cerca de R\$ 2,5 bilhões). “O saldo que nós damos ao Brasil é acima de R\$ 6 bilhões para serem divididos entre os Estados”, argumentou. Além da renúncia fiscal, expôs Omar Aziz, há um descompasso

de investimentos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que também beneficia as regiões mais ricas. “Se formos ver o BNDES, que teria de ser o banco do desenvolvimento econômico e social, perceberemos que isso não acontece. Dos R\$ 321 bilhões que o BNDES aplicou no país nos últimos quatro anos, R\$ 81 bilhões foram para o Estado de São Paulo. Portanto estamos discutindo não só o ICMS mas a sobrevivência de um Estado que faz parte do Brasil que é o Amazonas, que tem problemas diferenciados”, ressaltou.

Direitos constitucionais

De acordo com Omar Aziz, a defesa do Governo do Amazonas na discussão da reforma do ICMS é para que seja mantido o que a Constituição Federal já assegura, que é a diferenciação no tratamento da ZFM. “Não é uma guerra fiscal, o que estamos pedindo é para manter o que a Constituição garante. Não é uma guerra contra os Estados. Nosso Estado tem apenas 1,6% do PIB brasileiro, numa região que representa 18,45% do território nacional e, se acabarem o diferencial (da ZFM), as indústrias vão para regiões mais desenvolvidas, não tenho dúvida disso. As empresas não estão lá no Amazonas para fazer assistência social”, disse Omar Aziz.

Presentes na audiên-

cia pública, os senadores Eduardo Braga e Vanessa Grazziotin, também defenderam a exceção da ZFM. Para Eduardo Braga, o Polo Industrial de Manaus não é antagônico do polo industrial de São Paulo ou de qualquer outro Estado. “O que precisa é haver sinergia, interagir, para que todos se desenvolvam”, afirmou o senador. A senadora Vanessa Grazziotin destacou que a ZFM não é somente um projeto econômico, mas geopolítico, pois está localizada numa região estratégica para o Brasil e que também precisa ser desenvolvida, com uma alternativa econômica que não leve pressão sobre a floresta amazônica. E o senador Alfredo Buchada Nascimento de Bode?